

EDUCAÇÃO, PLURALISMO E TOLERÂNCIA: A CULTURA POLÍTICA DEMOCRÁTICA ENFRENTA O EXTREMISMO

João Paulo Ocke de Freitas ¹
Marcos Augusto de Castro Peres ²

RESUMO

A educação é um meio eficiente para a defesa da democracia? Essa é uma questão que merece ser debatida, num contexto de ascensão de uma agenda política extremista. As práticas pedagógicas podem ser operacionalizadas para a ampliação de uma cultura política democrática que viabilize a identificação dos alunos do Ensino Fundamental e Médio com os valores da tolerância e do pluralismo, marcadores fundamentais dos regimes democráticos. Esta Comunicação Oral amplia o debate sobre as estratégias adotadas pelas instituições escolares para incrementarem a rejeição a lideranças, a agendas e a movimentos políticos extremistas que se servem dos atributos da democracia para destruí-la. Esta Comunicação Oral é relevante porque incrementa a discussão sobre como a eventual “crise das democracias” contemporâneas pode resultar da corrosão das instituições democráticas, e não propriamente de golpes de Estado. A hipótese a ser discutida nesta Comunicação Oral é a de que as instituições escolares podem ser meios eficientes para consolidar o regime democrático. A discussão dessa hipótese será efetivada por meio da análise sistemática da bibliografia acerca da “cultura política” e dos seus desdobramentos teóricos contemporâneos, posta em relação com os desafios da defesa dos direitos e garantias individuais, dos Direitos Humanos e do Estado Democrático de Direito. Inscrito no fenômeno geral de um alegado “declínio democrático” está um conjunto de casos em que novos líderes são eleitos e usam seus mandatos para dismantlar os sistemas constitucionais que herdaram, para atingir metas autocráticas e implementar uma agenda iliberal. Esses riscos devem ser enfrentados de maneira sistemática, com base, inclusive, em dinâmicas pedagógicas dentro das escolas, de tal modo que despertem valores compatíveis com a democracia, notadamente a tolerância e o respeito à pluralidade. Permanecem os problemas de identificar adequadamente os mecanismos pedagógicos mais eficientes para despertar tais valores nos cidadãos mais jovens.

Palavras-chave: Educação, Democracia, Extremismo, Cultura Política, Cidadania.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, mesmo em democracias consolidadas assumem papel de destaque grupos e líderes políticos que defendem uma agenda extremista. O conceito de “extremismo político” pode se prestar a conceituações diversas, entretanto, neste trabalho, é conceituado como corrente política que se contrapõe aos elementos caracterizadores da poliarquia (no sentido de Robert Dahl), ao defender a supressão ou a mitigação de eleições livres, justas e periódicas dos governantes; da liberdade de expressão, de informação e de associação; e a inclusão dos cidadãos na dinâmica política. Portanto, a noção de “extremismo” aqui adotada

¹ Doutor em Ciência Política (UFPE), Professor Assistente de Ciência Política do Curso de Ciências Sociais e colaborador voluntário do subprojeto do PIBID de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), jpofreitas@uesc.br.

² Doutor em Educação (USP), Professor Adjunto de Sociologia do Curso de Ciências Sociais e coordenador do subprojeto do PIBID de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), macperes@uesc.br.





implica a rejeição dos princípios liberais de arranjo institucional, sobretudo no que se refere aos princípios de divisão de poderes, alternância de poder e exercício da *accountability* sobre os governantes.

A questão que motivou a realização deste trabalho diz respeito à importância que a educação ou a escolaridade assume diante da ascensão da agenda extremista que se coloca como alternativa para o eleitor: maior escolaridade promove os valores democráticos, notadamente a aceitação do pluralismo e atitudes tolerantes? Ou ainda: é admissível que a escola de Ensino Fundamental e Médio, no processo de socialização dos indivíduos, eduque eficazmente para que os alunos introjetem valores e crenças democráticas que persistam ao longo da vida? Em que medida a maior escolarização pode contribuir para a rejeição de projetos políticos extremistas?

Todas essas questões são de extrema relevância e vêm sendo debatidas no âmbito da Ciência Política e da Sociologia Política como a “teoria da cultura política”. O presente trabalho visa discutir um aspecto desse debate: se as práticas pedagógicas podem ser operacionalizadas para a ampliação de uma cultura política democrática que viabilize a identificação dos alunos do Ensino Fundamental e Médio com os valores da tolerância e do pluralismo, marcadores fundamentais dos regimes democráticos.

Essa temática é ainda mais relevante nos tempos atuais, na medida em que a destruição da democracia não mais ocorre por golpes únicos, nitidamente delimitados no tempo e no espaço, mas, sim, por meio de um processo gradual de corrosão das instituições democráticas, um método difuso e pouco perceptível no seu início, que ainda conta com a difusão das ideias extremistas que as redes sociais promovem. Nesse sentido, discutir o tema da cultura política e de suas limitações e potencialidades para a defesa da democracia pode ser uma das estratégias para a internalização de valores e crenças democráticas que recusem a implantação de regimes autocráticos.

METODOLOGIA

Grande parte das discussões aqui apresentadas resulta das reflexões desenvolvidas por professores e bolsistas, no âmbito das atividades acadêmicas do PIBID da Licenciatura de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Santa Cruz. O objetivo dessas discussões sempre foi o de apresentar os bolsistas do PIBID a um repertório teórico que lhes permitisse enriquecer



a experiência pedagógica por eles vivenciadas e formular questões para incrementar a agenda de pesquisa na intersecção das Ciências Sociais e da Educação.

Considerando os objetivos de tais encontros entre professores e bolsistas, este artigo apresenta uma discussão bibliográfica acerca das principais questões teóricas e metodológicas que envolvem a relação entre educação e democracia. Entre essas questões destacam-se, pelo menos, três: i) como definir a “cultura democrática”? ii) Como mensurar qualidade da educação? iii) como determinar empiricamente o sentido da conexão causal entre escolaridade e democracia?

A discussão bibliográfica aqui adotada representa uma parte da que está sendo objeto de debates no âmbito das atividades do PIBID. Entretanto, representa bem as dificuldades e possibilidades teóricas e metodológicas concernentes ao estudo da cultura democrática, especialmente num contexto de ascensão de pautas políticas extremistas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desde os anos 1960, os estudos sobre a “cultura política” vêm sendo desenvolvidos no campo da Ciência Política e da Sociologia. A busca pela compreensão acerca das orientações subjetivas das comunidades políticas implica considerar conhecimentos, crenças, sentimentos e valores políticos, bem como implica reconhecer a importância dos processos de socialização primária e secundária, da influência das mídias, da experiência cotidiana dos indivíduos com as instituições, e do contexto econômico em que os atores estão inseridos (RENNÓ, 1998).

Tais estudos foram iniciados com a publicação da obra *The civic culture*, em 1963, por Gabriel Almond e Sidney Verba. Com base no modelo liberal e anglo-americano de democracia, esse trabalho deu início a uma série de investigações voltadas para o entendimento sobre a complexa relação entre, de um lado, a cultura política, e, de outro, a estrutura e o desempenho dos governos. Tal complexidade é ainda reforçada pelo papel exercido pelos meios de comunicação, que afetam de forma cada vez mais intensa a identificação dos cidadãos com determinados valores e atitudes de natureza política.

Ao fazer o balanço da teoria da cultura política, Rennó (1998) confirma a atenção dedicada por essa teoria ao problema da estabilidade das democracias de massa, diante dos processos de modernização econômica e política. No entanto, as pesquisas acerca da cultura



política não resolvem bem a questão de como identificar o caráter causa da relação entre a cultura e a estrutura política.

É exatamente essa relação que constitui o centro do debate em torno do papel exercido pela educação ou pelos níveis de escolaridade sobre a maior (ou menor) disposição dos cidadãos de apoiarem o regime democrático e os seus fundamentos. Vale dizer: a escolaridade é uma variável independente, capaz de fundamentar explicações sobre o apoio à democracia? Ou é a estrutura política que deve ser considerada a variável independente? Há evidências de que o processo de incorporação de valores, vinculado à socialização dos cidadãos, implica que a estrutura política influencia a incorporação da cultura numa relação de covariância. Essa possibilidade leva Rennó (1998) a chamar a atenção para a importância de variáveis como as mudanças socioeconômicas, o ambiente internacional, e o desempenho da própria democracia.

Assim, importa trazer para a análise sobre a relação entre educação e cultura democrática os valores e crenças da elite governante, bem como as influências recíprocas entre mudanças nas atitudes, comportamentos, configurações sociais e outros condicionamentos. Por isso, ainda antes de Rennó, Inglehart (1993) diagnosticou uma progressiva substituição de valores materialistas por valores pós-materialistas, o que implicava um deslocamento da ordem de prioridades dos indivíduos: da busca por estratégias de sobrevivência física e segurança para uma ênfase crescente na sociabilidade, na autonomia, na autoexpressão e na qualidade de vida. E, de acordo com Inglehart (1993), isso favorece a democratização. Dessa forma, o avanço da industrialização, acompanhado por mudanças intergeracionais e pelo crescimento dos níveis educacionais podem ser mobilizados para a compreensão da relação entre o nível de educação formal e a aptidão política dos cidadãos, incluindo-se aí formas não convencionais de ação política.

Inglehart (1993) cita o *paper* de James Gibson e Raymond Duch, *Postmaterialism and the emerging soviet democracy*, que arriscou elaborar uma escala de apoio a valores democráticos:

1. Valorização da liberdade;
2. Apoio a normas democráticas;
3. Consciência de direitos;
4. Apoio ao dissenso e oposição;
5. Apoio a meios de comunicação de massa independentes;



6. Apoio a eleições competitivas; e

7. Tolerância política.

Com base nisso, os autores concluem que valores pós-materialistas estão correlacionados com valores democráticos. E tal conclusão permite formular o problema relacionado ao papel da educação em despertar nos jovens alunos os valores compatíveis com a estabilidade dos regimes democráticos. Dois estudos podem ser contrastados, neste aspecto: o de Rogerio Schlegel (2013) e o de Ana M. Belchior *et. al.* (2025).

Schlegel (2013) examina um ponto central, isto é, o de verificar se o aumento da escolaridade média no Brasil mudou o comportamento político do brasileiro. Afinal, ele reconhece que a educação é considerada tanto um preditor do comportamento político como um determinante de atitudes desejáveis para a convivência democrática, sendo convencional a perspectiva de que o aumento da escolaridade promove o conhecimento acerca da política, do engajamento cívico, da tolerância e do apoio à democracia. Discutir essas visões implica desafios metodológicos importantes.

Ocorre que, numa abordagem transversal (em que a observação é feita uma única vez, num momento específico), Schlegel (2013) não verifica associação consistente, que é comumente esperada, entre educação e comportamento político. E numa abordagem longitudinal, feita ao longo de 17 anos, não se verifica a popularização de comportamento políticos desejáveis para a convivência democrática, e, portanto, o caso brasileiro não permite associar escolaridade à maior intensidade de apoio à democracia, maior participação e confiança nas instituições.

Assim, Schlegel (2013) adverte que essa associação não deve ser dada como certa e inequívoca, até mesmo porque indivíduos mais informados sobre política tendem a desenvolver um senso crítico mais apurado sobre o funcionamento das instituições democráticas, tornando-se mais críticos em relação a essas instituições. Por força dessas ponderações, Schlegel lança questões para uma agenda de pesquisa que dizem respeito ao efeito agregado do balanço líquido da escolarização e, principalmente, ao nível de qualidade do ensino brasileiro como fator explicativo do retorno político decrescente para a educação brasileira.

Essas reflexões de Schlegel podem ser complementadas ou incrementadas pelo mais recente estudo desenvolvido por Belchior *et al.* (2025), que também se preocupa em verificar, na Europa e na América Latina, em que medida o contexto educacional, o socioeconômico e o





institucional influenciam as orientações políticas. Diferentemente de Schlegel (2013), Belchior *et al.* (2025) asseveram que o nível de educação, juntamente com as características socioeconômicas e institucionais dos países, afeta significativamente as orientações da cultura política dos cidadãos. Na verdade, com uma metodologia diferente da adotada por Schlegel (2013), Belchior *et al.* (2025) admitem que o contexto socioeconômico afeta, numa relação direta, o efeito da educação de nível micro nas orientações cognitivas e avaliativas dos indivíduos em relação às manifestações de civismo. E acrescentam: as variáveis político-institucionais são ainda mais robustas no sentido de que a qualidade e a longevidade da democracia impactam o efeito da educação em nível micro nas orientações cívicas dos indivíduos, melhorando o efeito da educação cívica dos indivíduos.

Em suma, segundo Belchior *et al.* (2025), macrofatores como o contexto educacional, o socioeconômico e o institucional moderam o efeito da educação no nível micro, em relação às orientações da cultura política. Isso corrobora a teoria da aprendizagem institucional, segundo a qual os valores democráticos e da cidadania resultam de um processo de aprendizagem que leva os indivíduos a internalizarem as orientações cívicas. Disso decorre um ciclo virtuoso, em que as instituições democráticas são moldadas e reforçam as orientações cívicas ao longo do tempo, de tal modo que a corrosão da democracia se torna menos provável.

Ribeiro, Borba e Fuks (2019) denominam de “decantação democrática” esse processo pelo qual os indivíduos se tornam mais competentes politicamente. Por conseguinte, cabe examinar se (e como) a escolaridade afeta a tolerância política, pressupondo-se que as atitudes tolerantes não são naturalmente constituídas, mas dependem de um processo de aprendizagem. Ribeiro, Borba e Fuks (2019) apontam o processo de socialização efetivado pelas escolas, que levam ao aprendizado e à internalização da tolerância política, por meio da transmissão de conteúdos formais e da convivência em ambientes tolerantes. Os autores apontam também a dimensão cognitiva como fator que leva os alunos a adquirirem informações e habilidades para lidar com os eventos políticos e interpretá-los.

Claro está que um ambiente democrático longo, qualitativamente elevado e plural facilita (e promove) o aprendizado da tolerância. No entanto, tolerar tem um custo, dado pelo aumento da dependência de informações e de habilidades cognitivas específicas: afinal, a





contenciosidade e a discordância aumentam com a inclusão de grupos políticos impopulares no debate e na dinâmica política. E é nesse contexto de complexificação da convivência política que ocorre um distanciamento entre a tolerância dos mais e dos menos escolarizados.

De certo modo, há um consenso de que a estabilidade da democracia implica a internalização de normas e práticas de natureza democrática. Ednaldo Ribeiro (2007) investiga

o impacto dessa concepção pressupondo que os valores políticos são formados, principalmente nos 20 primeiros anos da vida. A partir daí, ele cogita a possibilidade de que a vivência dos cidadãos sob regimes democráticos leva à consolidação de valores favoráveis à democracia, o que não leva, portanto, à aceitação automática da suposição de que a experiência sob instituições democráticas promova uma cultura política democrática.

Ribeiro (2007) parte da hipótese de que, no Brasil, a vigência da democracia após 1985 levaria os cidadãos mais jovens, nascidos sob esse regime, a adotarem ou internalizarem valores pró-democracia. Isso é o que se chama de “processo de socialização política”, que tem início já na infância e se estende por toda a vida dos cidadãos, bem como envolve conhecimentos e experiências acumuladas. Entretanto, são os conhecimentos e as experiências de socialização vivenciados na infância e na juventude (período em que os cidadãos cursam o Ensino Fundamental e o Médio, ressalte-se) que produzem os efeitos mais importantes sobre crenças, valores e atitudes políticas.

Por isso, a estratégia de Ribeiro (2007) é a de verificar como diferentes gerações de cidadãos brasileiros, que vivenciaram diferentes regimes políticos, expressam seus valores, crenças e manifestam suas atitudes políticas. Então, indivíduos com até 25 anos de idade foram socializados sob o regime democráticos; enquanto cidadãos mais velhos foram socializados, em boa parte, sob o regime autoritário. Ribeiro considera, inclusive, que os mais velhos, por terem vivenciado dois regimes, o autocrático e o democrático, poderiam ter assimilado, de forma positiva, os valores da tolerância, da liberdade e do pluralismo.

Apesar das limitações metodológicas, que o próprio Ribeiro reconhece (2007), há, no caso brasileiro, um paradoxo resultante da pesquisa: a convivência de uma fraca tendência de as camadas mais jovens aderirem a valores pós-materialistas (ênfase na autoexpressão, bem-estar subjetivo e qualidade de vida), sem correspondência com os outros indicadores de uma cultura política pró-democracia (confiança institucional, apoio à democracia, preferência pela democracia, confiança interpessoal e ativismo voluntário em organizações sociais e políticas).





RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

As discussões teóricas e metodológicas no âmbito do PIBID vêm estimulando os bolsistas a incrementarem a percepção sobre a articulação das atividades de Ensino e de Pesquisa, na medida em que exige uma ampliação de conhecimentos que envolvem o estudo

sobre tolerância, pluralismo, cultura política, bem como Direitos e Garantias Fundamentais, Direitos Humanos, teoria da democracia e da Constituição. Deve ficar claro que o debate sobre Constituição e direitos e garantias fundamentais interessa a todos os cidadãos; afinal, o combate às várias manifestações contemporâneas de extremismo político não prescinde do reconhecimento e da garantia de direitos.

As discussões teóricas e metodológicas vêm enfatizando um caráter interdisciplinar e intersecciona a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia, a Pedagogia, a História, a Filosofia e o Direito. Importa, sobretudo, que os problemas teóricos aqui desenvolvidos articulam a UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) com a sociedade e possibilitam a transferência de conhecimentos, tecnologias e competências aos bolsistas nas suas múltiplas relações com os alunos do Ensino Médio.

Num contexto em que a agenda extremista avança na arena política (mesmo em países em que o regime democrático está consolidado) são muito importantes as discussões teóricas e metodológicas sobre a importância da educação ou da escolaridade para a consolidação de valores e crenças democráticas. Ainda que as pesquisas não apontem claramente o sentido da causalidade entre valores democráticos e instituições democráticas, a agenda de pesquisa permanece promissora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma percepção difusa de que os mais jovens tendem a adotar uma postura mais revolucionária, de combate ao *status quo*, e a integrar movimentos sociais que visam enfraquecer pautas conservadoras. As pesquisas teóricas no campo das Ciências Sociais não corroboram decisivamente tal percepção. Os mais jovens podem ser até mais extremistas que os mais velhos. Por força disso, os estudos de cultura política são fundamentais: oferecem um arcabouço teórico e metodológico para que os alunos da Graduação (especialmente os que têm experiências pedagógicas no Ensino Médio) possam avaliar e conduzir o processo de





socialização para a democracia, para a valorização do pluralismo e para o exercício da tolerância.

Ademais, é decisiva a vivência concreta dos cidadãos diante das instituições-chave da democracia, que incluem os órgãos propriamente políticos, mas também abarca as escolas, a habitação, a segurança pública, o transporte, o SUS etc. Se os cidadãos não têm uma experiência

positiva com essas instituições, provavelmente não internalizarão de forma consistente e sustentada os valores de que os regimes democráticos não podem prescindir.

Questões igualmente importantes, como nível de desenvolvimento econômico e social devem ser avaliadas com cuidado ao serem vinculadas a uma maior profundidade e alcance de cultura democrática. Afinal, democracias altamente desenvolvidas e com altos níveis de renda, apresentam líderes políticos extremistas competitivos eleitoralmente, o que exige o aprimoramento constante de metodologias de pesquisas, notadamente as que possam aprimorar o estudo do papel exercido pelas redes sociais na dinâmica política.

REFERÊNCIAS

BELCHIOR, A. M. *et al.* How does education affect political culture? Evidence across different educational, socioeconomic, and institutional settings. **Acta Política**, 2025. Disponível em: <<https://rdcu.be/eDjcO>>. Acesso em: 05 out. 2025.

INGLEHART, R. Democratização em perspectiva global. **Opinião Pública**, Campinas, v. I, n. 1, p. 09-67, 1993.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova**. São Paulo, v. 65, p. 71-94, 2005.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.

RENNÓ, L. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1998.

RIBEIRO, E. A. Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 28, p. 205-219, 2007.





RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; FUKS, M. Contexto democrático, escolaridade e tolerância política na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, v. 8, n. 1, p. 11-40, 2019.

SCHLEGEL, R. A educação brasileira e seus retornos políticos decrescentes. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (Org.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EdUSP, 2013. p. 175-199.

